RESOLUÇÃO Nº 08/84.

Dispõe sobre o credenciamento de docentes para lecionarem nos cursos superiores de graduação vinculados ao Sistema Estadual de Ensino.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o deliberado na Sessão Plenária realizada em 07 de agosto de 1984,

R E S O L V E:

Art. 1º - O credenciamento de docentes para lecionarem em cursos superiores de graduação, vinculados ao Sistema Estadual de Ensino, será promovido:

- I - nos processos de autorização de funcionamento do curso;
- II - mediante processo específico, nos demais casos.

Art. 2º - O credenciamento dar-se-á em duas categorias, independentemente do tipo de carreira e dos planos salariais adotados pela instituição de ensino, a saber:

- I - professor responsável;
- II - professor auxiliar.

§ 1º - O professor responsável é o titular de todas as atividades didático-pedagógicas inerentes à disciplina.

§ 2º - O professor auxiliar colabora com o professor responsável, sob sua orientação, na execução do programa e na avaliação do aproveitamento dos alunos.

§ 3º - Afastado o professor responsável pela disciplina, e até que credenciado outro, a instituição de ensino designará professor responsável "pro tempore" escolhido entre os responsáveis por disciplina afim.

Art. 3º - O credenciamento de docente na categoria professor responsável é condicionado à satisfação de um dos seguintes requisitos ou grupos de requisitos:

I - ser o credenciando portador do título de mestre, doutor ou livre docente, oficialmente reconhecido, relacionado com a disciplina ou com a área em que esta estiver inserida.

II - ser o credenciando:

a) portador de diploma de graduação em curso superior, oficialmente reconhecido, que possibilite o exercício do magistério em curso do mesmo nível e de cujo currículo conste a matéria, a disciplina ou grupo de disciplinas afins, em grau de complexidade equivalente ao da disciplina para a qual é indicado;

b) portador de certificado de conclusão de curso de pós-graduação "lato sensu" ou de declaração de haver completado estudos equivalentes, na forma da legislação pertinente, cujo currículo identifique a obtenção de conhecimentos na disciplina ou grupo de disciplinas afins e satisfazer um dos seguintes requisitos:

1. experiência no magistério superior não inferior a dois anos;

2. experiência profissional relacionada com a disciplina, não inferior a dois anos e adquirida após a graduação;

3. possuir trabalhos publicados de valor apreciável, a critério do Conselho;

4. haver realizado ou participado de estudos, projetos ou pesquisas de alto nível, a critério do Conselho;

5. haver-se submetido a exames de aferição de conhecimentos e qualificação para o exercício do magistério superior, perante banca examinadora;

III - ser o credenciando portador de diploma de graduação em curso superior reconhecido que autorize o exercício do magistério e de cujo currículo conste a matéria, a disciplina ou grupo de disciplinas afins, em grau de complexidade equivalente ao da disciplina para a qual é indicado, e ficar comprovado o preenchimento de três dos seguintes requisitos com ela relacionados:

a) ser, há pelo menos cinco anos, professor de ensino superior

b) revelar preocupação com a atualização constante após a graduação, demonstrada pela participação significativa em cursos de curta ou média duração oferecidos por entidades de reconhecida capacidade técnica, congressos, seminários e eventos assemelhados, a critério do Conselho;

c) possuir trabalhos publicados de valor apreciável, a critério do Conselho;

d) haver realizado ou participado significativamente da realização de estudos, pesquisas ou projetos de alto nível, a critério do Conselho;

e) ser detentor de experiência profissional não inferior a cinco anos e adquirida após a graduação;

f) haver-se submetido a exames de aferição de conhecimentos e qualificação para o exercício do magistério superior, perante banca examinadora;

IV - ser o credenciado portador de diploma de graduação em curso superior com matéria ou disciplinas correlatas àquelas para as quais é indicado e detentor de notório saber, a critério do Conselho, nos casos de disciplinas inovadoras.

Parágrafo único - As bancas examinadoras referidas no inciso II, letra "b", nº 5, e no inciso III, letra "f", serão integradas por professores credenciados na categoria "responsável", da disciplina ou matéria de que seja desdobramento, devendo nelas predominar docentes de outra instituição de ensino.

Art. 4º - O credenciamento na categoria "professor responsável" é válido para curso ou habilitação de igual natureza, na mesma ou em outra instituição vinculada ao Sistema Estadual de Ensino.

Parágrafo único - A instituição que admitir docente credenciado para curso ou habilitação de outra, comunicará o fato ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 5º - O credenciamento de docente na categoria "professor auxiliar" é condicionado à comprovação de ser o credenciado portador de diploma de graduação em curso superior oficialmente reconhecido, que possibilite o exercício do magistério em curso do mesmo nível de cujo currículo conste a matéria, a disciplina ou grupo de disciplinas afins, em grau de complexidade equivalente ao da disciplina para a qual é indicado e satisfazer a um dos seguintes grupos de requisitos:

I - ser portador de certificado de conclusão de curso de pós-graduação "lato sensu" ou de declaração de haver completado estudos equivalentes, na forma da legislação pertinente, cujo currículo identifique a obtenção de conhecimentos na disciplina ou grupo de disciplinas afins;

II - ser detentor de dois dos seguintes títulos, relacionados com a disciplina:

a) participação em cursos de curta duração, congressos, seminários e eventos assemelhados, a critério do Conselho;

b) experiência no magistério secundário ou técnico-profissional não inferior a dois anos;

c) desempenho de atividades de monitor em curso de graduação;

d) experiência profissional não inferior a um ano e adquirida após a graduação;

e) iniciação na produção de trabalhos intelectuais, estudos, projetos e pesquisas técnico-científicas;

f) aprovação em teste de aferição de conhecimentos e qualificação para a atividade docente.

Art. 6º - O pedido de credenciamento de docentes constará de formulário-padrão, de modelo aprovado pela Comissão de Ensino Superior, instruído com os seguintes documentos, quando for o caso:

I - justificativa da indicação com a explicitação dos títulos do credenciando, se julgada necessária pela instituição do ensino;

II - cópias dos diplomas ou atestados de graduação e pós-graduação, bem como dos que comprovem a preocupação do credenciando com a atualização constante;

III - históricos escolares dos cursos de graduação e pós-graduação;

IV - comprovação da experiência profissional;

V - comprovação de aprovação em testes ou exames de aferição de conhecimentos e qualificação para o exercício do magistério;

VI - exemplares dos trabalhos, estudos, pesquisas e projetos que realizou ou de que participou.

Parágrafo único - Os documentos comprobatórios dos demais dados mencionados no formulário-padrão serão arquivados na instituição de ensino para exibição ao Conselho, quando solicitados.

Art. 7º - Nenhum professor poderá ministrar, por período letivo, mais de quatro disciplinas na mesma instituição de ensino superior.

Art. 8º - Para a apreciação dos aspectos técnico-científicos, de conteúdo dos processos de credenciamento o relator poderá solicitar a audiência de especialistas.

Art. 9º - Qualquer atividade didática exercida por docente admitido sem observância desta resolução será reposta pela instituição de ensino, a critério do Conselho.

Art. 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, alcançando os processos pendentes.

Art. 11 - Fica revogada a Resolução nº 10, de 20 de junho de 1978.

Conselho Estadual de Educação, em Florianópolis, 07 de agosto de 1984.

Prof. Luiz Anderson dos Reis
Presidente do CEE